

Do Partido Único ao Multipartidarismo e Suas Implicações Económicas, Políticas e Sociais: O Caso de São Tomé e Príncipe*

Fernando Campos**

Resumo

Em Portugal, em 25 de Abril de 1974, o regime do Estado Novo foi derrubado e este ato fez crescer em São Tomé e Príncipe a esperança na independência, facto que viria a acontecer em 12 de julho de 1975.

Após a transição de poder, São Tomé e Príncipe adotou o sistema de partido único, liderado pelo MLSTP e só a partir de 1991 houve abertura ao multipartidarismo, condição *sine qua non* para a vivência de um Estado Democrático de Direito.

O estudo da evolução política de São Tomé e Príncipe torna-se de extrema importância tendo em conta que se está perante uma *jovem democracia* já que este país, depois de um longo período de regime de partido único, parece capaz de usar a abertura ao multipartidarismo para a construção de um modelo próprio.

Palavras-chave: partido, monopartidarismo, democracia, São Tomé e Príncipe

* Texto apresentado no 8CIEA, Paineis 37, Madrid, 2012.

** Professor Associado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Diretor do Mestrado em Ciência Política – Cidadania e Governação. Investigador e Presidente da Assembleia Geral do CICPRIS

238 *Abstract*

In Portugal, on April 25, 1974, the Estado Novo regime was overthrown and this act did grow in Sao Tome and Principe hope at independence, because what would happen in July 12, 1975.

After the transition of power, Sao Tome and Principe adopted the one-party system led by MLSTP and only from 1991 was opening up to multi sine qua non for the survival of a democratic state.

The study of political evolution of Sao Tome and Principe becomes extremely important given that we are facing a *young democracy* since this country after a long period of one-party rule , seems to be able to use the opening to multiparty to build its own model.

Keywords: party, single party, democracy, Saint Thomas and Prince

1. São Tomé e Príncipe e o Modelo de Partido Único

Embora o desejo de possuir *poder* seja antigo, importa referir que a ideia de partido político é recente, pois tem a sua origem no século XIX, embora isso não signifique que no passado não existissem fenómenos semelhantes. No entanto, só se pode falar em partidos quando a política moderna se configurou em termos de participação eleitoral ou alargada e quando os cargos passaram a ser atribuídos através de consulta eleitoral.

Ainda que a formação dos partidos, do ponto de vista político-social, tenha o seu início no século XIX, o seu reconhecimento jurídico e constitucional é mais recente, tendo ganho importância maior no século XX, pois a formação dos partidos e dos sistemas de partidos nas democracias ocidentais ficaram concluídos no início dos anos 1920.

Retomando a questão da conceção de partido político, para António María Calero (1985: 4), «un partido político es una organización estable que tiene como objetivo principal la conquista y ejercicio del poder político, con el fin de organizar la sociedad y el Estado, de acuerdo con la ideología e los intereses sociales que representa».

Atualmente, os partidos políticos são considerados como a coluna vertebral de qualquer democracia, na medida em que esta se baseia nas opções das populações acerca daqueles através dos quais pretendem ser governados.

Contudo, no caso de São Tomé e Príncipe, que a seguir se desenvolverá, a unidade é uma questão que não se coloca principalmente no que diz respeito ao partido único – o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) –, uma vez que dentro do próprio partido existiam fações. Aliás, esta situação é perfeitamente normal, como refere Giovanni Sartori (2002: 73) quando diz que «las raras ocasiones en que el partido único tolera o incluso permite, dentro de sus filas, a organización de subunidades y algún tipo de oposición formalizada tienen, sin duda, mucha pertinencia, con respecto al *pluralismo del unipartidarismo* (...)».

Convém mencionar que, no caso em estudo – São Tomé e Príncipe –, esta oposição não era tolerada, ou seja, não se verificava aquilo que Sartori refere como uma manifestação de um *pluralismo* do unipartidarismo.

Acontece, porém, que a conotação ideológica a que o partido único em São Tomé e Príncipe está votado aparece não só para caracterizar a sociedade santomense no período considerado, como também tem implicações no ponto de vista externo, uma vez que há – neste caso – ligação a um modelo existente noutro país e que serviu de inspiração ou, melhor dizendo, de orientação para o modelo a seguir no arquipélago, mais concretamente, aquilo que se designou como *modelo soviético*.

Assim, para Maurice Duverger (2002: 283), «como *sistema de partidos*, el partido único es evidentemente diferente del pluralismo y su análisis separado se hce indispensable. Este sistema no tiene la homogeneidad que se atribuye de ordinario. No hay uno, sino varios regímenes de partido único». O autor chama a atenção para a não existência de um só regime de partido único, mas de vários. De facto existem dois grandes grupos de partidos únicos: os de *tipo* fascista e os de *tipo* comunista. Analisando estes dois *tipos* de partido único, Duverger (2002: 290) refere que «toda descripción general del partido único queda necesariamente en el vacío. Si se quisere precisar un poco, se tropieza com la oposición fundamental del partido único de tipo fascista y del partido único de tipo comunista». Poder-se-á dizer que esta oposição aparece em primeiro lugar no terreno doutrinal, «el marxismo tiende a demostrar que la edad de oro está por delante de nosotros; la edad de la sociedad sin clases, la edad del fin de la explotación del hombre por el hombre, la edad de la prosperidad y de la felicidad».

O sistema político baseia-se algumas vezes na repressão. Em ordem decrescente de intensidade repressiva e ideológica, podem distinguir-se as seguintes possibilidades: totalitária, autoritária e pragmática.

A capacidade de um dirigente para conquistar uma ampla liberdade de manobra para desequilibrar a seu favor os jogos de poder – como aconteceu com Manuel Pinto da Costa aquando da consolidação do MLSTP como partido único em São Tomé e Príncipe – depende da sua capacidade para manobrar ou controlar um certo número de recursos organizativos. Como exemplos podem ser referidas «as relações político-organizativas internas, as relações com o exterior, a distribuição/manipulação/supressão da informação, o estabelecimento/manipulação/imposição das regras formais da organização, o financiamento e o recrutamento de membros, a par da distribuição dos *incentivos* organizativos» (Lopes, 2004: 23).

Em Portugal, o regime do Estado Novo foi derrubado em 25 de Abril de 1974, ato que fez crescer em São Tomé e Príncipe a esperança na independência, facto que viria a acontecer em 12 de julho de 1975.

Após a transição de poder, São Tomé e Príncipe adotou o sistema de partido único, liderado pelo MLSTP e só a partir de 1991 houve abertura ao multipartidarismo, condição *sine qua non* para a vivência de um Estado Democrático de Direito.

O facto de não existir, na altura do 25 de Abril de 1974, um movimento independentista com suporte ou apoio armado fez que a oposição ao colonizador não fosse feita de forma *violenta*, mas caracteriza e justifica em parte um certo conformismo da população, já referido; refira-se, por fim, que os são-tomenses não tinham meios nem alternativa para que fosse de forma diferente. Esta situação favoreceu também que não existissem várias forças políticas como oposição ao colonialismo, mas apenas uma força que foi crescendo, atendendo também à dimensão do território.

O estudo da evolução política de São Tomé e Príncipe torna-se de extrema importância tendo em conta que se está perante uma *jovem democracia*. Este país, depois de um longo período de regime de partido único, parece capaz de usar a abertura ao multipartidarismo para a construção de um modelo próprio.

Em 1975, quando São Tomé e Príncipe chegou à independência, «o MLSTP é um partido triunfante. Tendo conseguido graças à Associação Cívica Pró-MLSTP (movimento liderado por estudantes regressados maioritariamente de Portugal) a mobilização de toda a população em torno da palavra de ordem *independência total e imediata*» (Branco & Varela, 1998: 20).

A existência de um partido único em São Tomé e Príncipe fez parte de uma escolha assente numa elite intelectual que se tinha formado fora do país e que, de regresso ao país, se considerava em condições para assumir e manter o poder, pois o partido único era considerado a forma mais segura para que as elites se pudessem perpetuar no poder.

A crise de legitimidade do partido único que liderou a luta pela independência e dirigiu os destinos de São Tomé e Príncipe durante cerca de 15 anos teve muito a ver «com as contradições surgidas no seu seio e da incapacidade ou impossibilidade do Estado de lidar com as heranças económicas do colonialismo e promover o bem estar das populações» (Branco, 1998: 44). Convém referir que a liderança do país

242 não terá permitido a formação de quaisquer outros partidos políticos alternativos, bem como silenciou as possibilidades de contestação à referida liderança do MLSTP. Disso dão conta Branco & Varela (1998: 20) quando dizem que «a liderança de então sufocou qualquer pretensão de formação de partidos alternativos ao mesmo tempo que silenciou as divergências entre os seus líderes. O partido ganhou o controlo da direcção do Estado através da fórmula *força dirigente da sociedade e do Estado*».

Na relação que se estabelece entre o Estado e o grupo que está no poder, poder-se-á dizer que a passagem da dominância do poder legislativo para o poder executivo surge como um critério que se tornava pertinente para diferenciar as diferentes formas de Estado, tendo em conta as modificações da fração hegemónica do grupo que está no poder. De referir que as contradições que existem entre os membros do grupo que se encontra no poder – como o caso do MLSTP, em São Tomé e Príncipe – fragiliza essa mesma hegemonia. A citação anterior reflete como as formas de organização do Estado condicionam a ação política dos partidos políticos. Contudo, convém referir que um grupo – partido político – que está no poder pode condicionar a ação política e económica do Estado, bem como – no caso da existência de partido único – a possibilidade de contrariar a hegemonia do poder executivo face ao poder legislativo – que no caso de regimes de partido único se confundem por vezes – inviabilizando a possibilidade de alternância, uma vez que não é permitida a existência de outras forças políticas.

No caso concreto de São Tomé e Príncipe, o MLSTP foi a força política dominante desde a independência do território em 1975 até à década de 1990, salientando-se o facto de o MLSTP ter conseguido legitimidade na sua ação política através do apoio popular. O povo – pelo menos numa primeira fase, a que chamaria *fase da expectativa* – estava ansioso por mudar, por se sentir independente, ou seja, serem os próprios santomenses a definir o seu destino, o rumo a seguir pelo jovem país.

De facto, o MLSTP – voltando a frisar que não existiam na altura outras forças políticas com representatividade no território – apareceu como o garante de conduzir São Tomé e Príncipe pelo caminho certo rumo ao progresso. Isso criou expectativa no povo, já que a mensagem política era muito forte, apelando principalmente aos valores nacionalistas – como será referido ao longo deste capítulo – como forma de eliminar o passado e tudo aquilo que de nefasto trouxe para as

populações. O MLSTP aparecia, assim, como um elemento de esperança, esperança essa que automaticamente passou para as populações.

Retomando a questão do partido único, convém referir que o ponto de partida para as análises feitas a este sistema de partido único parecem dar conta de que o modelo para esta tipologia de partido tem a sua base num modelo leninista de partido, sendo uma organização ordenada de revolucionários que têm como meta chegar e conquistar o poder. Nesta conceção, por conseguinte, o partido é o instrumento que está ligado à classe dos trabalhadores, da qual emerge, representando, sendo portador e intérprete de toda a classe, procurando criar essa mesma consciência de classe. Um sistema de partido único é, com efeito, o produto das tentativas de uma elite política para organizar e legitimar o domínio de uma força social sobre outra.

No que respeita ao partido único em São Tomé e Príncipe, poder-se-á dizer que, no primeiro período pós-independência – designado por I República –, a caracterização política é apresentada pela opção por um regime monopartidário – designado por partido único –, que surge como consequência de haver um alinhamento do país com o bloco soviético. Esta primeira fase da I República foi caracterizada, economicamente, pelo planeamento centralizado e pela nacionalização das roças (mais adiante será desenvolvida esta questão), da atividade bancária, do comércio externo, dos transportes coletivos e marítimos, da água, da energia, do comércio e das telecomunicações.

De referir que os movimentos de libertação das colónias portuguesas – nas quais se insere São Tomé e Príncipe – tiveram um apoio claro e expresso da União Soviética e dos seus aliados; daí a ligação do regime santomense ao soviétismo. A *Guerra Fria* – que mais adiante será abordada –, a procura de posições geoestratégicas por parte dos dois blocos e a necessidade de reafirmar a sua posição em novos pontos do mundo viriam a determinar aquela ajuda.

Neste sentido, importa referir que o nacionalismo aparece como um legitimador da existência de um partido único, pois foi, aliás, em nome da construção da nação que se construíram regimes políticos cuja matriz assentava no partido único como plataforma capaz de prescrever o nacionalismo como garante de unidade nacional. Este argumento teve consequências políticas, económico-sociais e culturais.

Politicamente, a opção tomada – tendo como pano de fundo a adoção de um regime de partido único – contribuiu para a constituição de

244 ditaduras, para as quais a exaltação dos valores nacionais não representou mais do que pretextos para levar por diante políticas que atrofiavam os interesses e as vontades populares.

Contudo, convém referir que o MLSTP não foi só constituído tendo como base um sentimento nacionalista, defendendo também o princípio político segundo o qual a unidade nacional deve corresponder à unidade política e vice-versa.

Neste sentido, do ponto de vista económico, a existência de partido único serviria para concretizar um modelo adotado com base numa ideologia que, ao centralizar e estatizar os meios e a própria produção, impediu o investimento externo e, conseqüentemente, conduziu a um atrofamento da economia, com os elevados custos sociais que essas opções acarretam.

Do ponto de vista cultural, a existência de um regime de partido único condiciona a liberdade de expressão porque aquilo que se produz em termos literários – por exemplo – terá de estar em consonância com a ideologia dominante, o que por si só atrofia a forma de estar e de pensar.

O lema oficial obedece à lógica de um só pensamento, uma só ação.

A existência de um partido único, tem como consequência a absorção do Estado e da sociedade e, por conseguinte, esse partido detém o monopólio da atividade política e institui a violência como instrumento privilegiado de qualquer ação política. Esta situação aparece tendo como justificação o desenvolvimento de ações que visam o bem-estar em geral.

Importa referir que quando São Tomé e Príncipe se tornou independente já o sistema de partido único se tinha generalizado praticamente em quase todo o continente africano.

O partido único MLSTP não nasce em São Tomé e Príncipe, mas no Gabão e a elite emergente tinha como elos principais Pinto da Costa e Miguel Trovoada.

Quanto à opção política tomada pelo MLSTP, a mesma deverá ser contextualizada ou, como Gerhard Seibert (2001: 132) refere, «influenciado pelo processo de descolonização dos anos 70 em geral e na África lusófona em particular, o partido no poder em São Tomé e Príncipe optou pelo modelo político e económico orientado pelo exemplo soviético».

A situação apresentada anteriormente reflete a opção levada a cabo por São Tomé e Príncipe de conceber um modelo económico – característico dos países com regimes de partido único – com base numa economia centralizada e planificada, cuja inspiração tinha como base um modelo de matriz soviética.

De acordo com notícias veiculadas em São Tomé e Príncipe pelo jornal *Revolução*, o MLSTP tinha o «apoio dos militantes e simpatia da maioria esmagadora da nossa população» (MISTP, 1975: 8).

Contudo, prevaleciam várias circunstâncias propícias à aceitação de um arranjo político e social tutelado pelo Estado e à imposição de uma noção de interesse comum unívoca e terminantemente definida pelos governantes.

De referir que o ambiente político se pautava pela constituição de lealdades pessoais a coberto da hegemonia do partido único. Assim, apesar de no campo político o Governo de São Tomé e Príncipe afirmar que no arquipélago existia um apreciável grau de liberdade de expressão, tal argumento não é de fácil sustentação atendendo ao facto de existir apenas um jornal e oficial.

A par das questões da pobreza e da equidade, avulta, ainda, a da corrupção. Esta questão é tratada de forma algo ambivalente porque, apesar da denúncia cada vez mais generalizada da corrupção, o opróbrio a ela associado não se reflete na respetiva diminuição, nem na condenação inequívoca da corrupção ou das práticas subjacentes, como o neo-patrimonialismo e o clientelismo.

O grosso da população atribuía a sua pobreza não à escassez de recursos e, menos ainda, a quaisquer contingências do ordenamento económico internacional, mas aos políticos da terra. Segundo os mais marginalizados, que interpretavam a trajetória do país em função da sua experiência de vida, a pobreza não tinha a ver nem com o mercado internacional, nem com as contingências da economia mundial; resultava tão-somente do mau desempenho dos governantes.

Os problemas sociais avultavam até porque os mecanismos de proteção social eram muitíssimo fracos e porque a evolução demográfica conduziu a uma elevada percentagem de população juvenil, para a qual não existia, nesse momento, oferta de trabalho compatível.

De acordo com Branco & Varela (1998: 33), «a crise económica em São Tomé e Príncipe era uma realidade, patente aos olhos de todos». Porém, os mesmos autores fazem questão de referir que «a crise eco-

246 nómica em que se encontrava mergulhado o país não era particular a São Tomé e Príncipe».

Se a análise política é importante, a análise económica de São Tomé e Príncipe na vigência do regime de partido único torna-se pertinente, uma vez que uma condiciona a orientação seguida pela outra.

Convém destacar que a estrutura económica de São Tomé e Príncipe tinha herdado uma base económica tendo como referência a economia de roças que surgiram e foram desenvolvidas no século XIX.

A vida socioeconómica em São Tomé e Príncipe estava dividida entre, por um lado, as roças com um sistema populacional próprio e, por outro, as populações que viviam nas cidades.

2. A Queda do Muro de Berlim e a Viragem Para o Multipartidarismo

A queda do Muro de Berlim terá de ser vista como um sinal de que os padrões relativos à nova ordem mundial estavam a mudar. Neste sentido, este acontecimento aparecia como o início dessa mesma mudança. Era também o sinal que se estava perante uma desagregação bem como os acidentes de uma certa utopia política que se tinha enraizado a partir da Revolução Russa.

O referido acontecimento dos finais da década de 1980, contribuiu para que as *duas Alemanhas* se reunificassem, deixando, contudo, por resolver a divisão da Coreia. Contribuiu, ainda, para que se operasse a decomposição da URSS e consequentemente o fim do poderio económico e político, bem como o fim do comunismo enquanto movimento global.

Uma outra consequência foi a abertura de espaço para a primazia política e económica dos Estados Unidos, a qual impulsionou o avanço daquilo que era considerado, na ótica soviética, o capitalismo.

De referir ainda que até alguns anos antes da queda do Muro de Berlim, a democracia era um regime político minoritário no mundo, confinado à Europa Ocidental, à América do Norte, ao Japão e a alguns outros Estados.

Salienta-se que o final do século XX assistiu à universalização da democracia, que se deu, primeiramente, na Europa, com a democratização da Europa de Leste.

Pode inferir-se que, «durante o final da década de 80, o Mundo marxista caracterizou-se por uma quase total falta de fé na sua anterior doutrina central e também por um forte e invasivo anseio da sociedade civil, que levou à subsequente desintegração» (Gellner, 1995: 26).

No que concerne às relações internacionais, as transformações ocorridas na Europa no final da década de 1980, particularmente a queda do Muro de Berlim e o consequente fim do Bloco de Leste, criaram condições para uma alteração no mapa político europeu e tiveram repercussões a nível mundial, muito particularmente sobre o continente africano. O colapso do socialismo real sinalizou o fim da noção de que um Estado diretivo, centralizador e autossuficiente poderia ser o caminho para a justiça social e o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento.

No começo da década de 1990, uma nova onda de democratização espalhou-se pelo mundo, alcançando o Leste Europeu, a antiga União Soviética, a Ásia e a África. Junto com a democracia, vieram as reformas centradas no mercado, facto em quase todos os países desses continentes, impulsionadas pelas forças contemporâneas da globalização.

As alterações na Europa, atrás referidas, impulsionaram a mudança na situação política em São Tomé e Príncipe.

Até 1990 a sociedade civil santomense não tinha encontrado ainda a maturidade para intervir ativamente no país. Esta sociedade civil encontrava-se como que dividida, pois não conseguia reunir os pressupostos que lhe pudessem conferir aquilo que lhe poderia servir de motor de desenvolvimento, ou seja a *unidade*.

Após um longo período de partido único, os santomenses começariam a dar os primeiros passos para as mudanças políticas.

Ora, a esperança e expectativa perduraram enquanto o povo não se apercebeu que as expectativas que lhe tinham sido criadas – o *oásis* prometido – afinal não eram mais do que o prolongamento do anterior *deserto* e a mudança não passava apenas de uma *miragem*.

O povo sentiu-se enganado pelos próprios compatriotas, que lhes prometeram o *paraíso*, sem o avisar que ainda havia um longo caminho a percorrer.

Aponte-se a pertinência das afirmações anteriores, uma vez que só perante um regime assente no multipartidarismo é que seria possível

248 a participação do povo nas *escolhas* sobre o futuro de São Tomé e Príncipe.

A reforma do regime político deve ser parte integrante da estratégia do desenvolvimento do país. Dito de outro modo, o regime político é função e condicionante da estratégia de desenvolvimento ou, explicando melhor, a primeira etapa na elaboração de uma estratégia é a definição de um regime político, a criação e implementação das suas instituições.

O modelo escolhido pelo poder santomense instalado após a independência era incompatível com as exigências de abertura económica, situação que conduzia, por um lado, à estagnação do sistema produtivo e, por outro, ao agudizar da crise alimentar. Como consequência desta situação, o regime apresentava algumas vulnerabilidades.

A estagnação de São Tomé e Príncipe apresenta duas situações distintas: por um lado, a existência da necessidade de abertura económica com vista a resolver o problema do atrofimento a que o país estava votado; por outro, um regime fechado que impossibilitava essa abertura económica já que a comunidade internacional não via com bons olhos o regime político em vigor.

De referir ainda o facto de, devido à orientação política levada a cabo em São Tomé e Príncipe, a captação de investimento externo ser muito difícil; daí a situação ser muito complicada para o território.

Com pressões internacionais, descontentamento interno, inclusive no seio do próprio MLSTP e aproveitando a *boleia* da queda do Muro de Berlim, o país teve de criar condições para uma *reforma económica* e alterações nas orientações políticas, ou seja, criar um *Estado democrático*.

A abertura ao multipartidarismo em São Tomé e Príncipe veio contribuir para que o povo pudesse ser chamado a decidir qual o rumo que o país devia tomar. A participação popular na vida política tornou-se um elemento chave para a implementação no território de um novo regime – a democracia.

Na perspetiva de Heitor Romana (1996: 238), «a institucionalização do multipartidarismo conduziu ao surgimento de novas funções político-partidárias e a uma mudança na estrutura, na organização e na estratégia do MLSTP, que até 1990 se assumiu como Partido/Estado».

De forma geral, os países africanos, sobretudo aqueles que tinham alcançado a independência mais tarde, assentavam em regimes de

partido único e tratava-se, agora, de reconhecer a «democracia» representativa e multipartidária. Por isso mesmo se assistiu um pouco por toda a parte em África à realização de eleições multipartidárias, após a queda do mundo bipolar; situação esta, comungada por São Tomé e Príncipe.

A *democracia* em São Tomé e Príncipe surge da urgência de *mudanças políticas e económicas*; mas é também o garante e condição da continuidade dessas mesmas reformas.

Bibliografia

- Bourdieu, P. (1998). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Branco, R. (1998). *São Tomé e Príncipe: Os Caminhos da Democracia*. Amadora: Francisco Mas, Lda.
- Branco, R. & Varela, A. (1998). *Os Caminhos da Democracia*. Amadora: Francisco Mas, Lda.
- Cahen, M. (1991). "Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-15, pp. 113-154.
- Calero, Antonio María (1985). *Partidos Políticos y Democracia*. Barcelona: Salvat.
- Campos, F.R.S. (2011). *As Relações Entre Portugal e São Tomé e Príncipe: Do Passado Colonial à Lusofonia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cotta, M. (2008). *Democracia, Partidos e Elites Políticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Duverger, M. (2002). *Los Partidos Políticos*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, S.L.
- Gellner, E. (1995). *Condições da Liberdade: A Sociedade Civil e Seus Rivals*. Lisboa: Gradiva.
- Graça, P.B. (2005). *A Construção da Nação em África*. Coimbra: Almedina.
- Guedes, A.M.; Tiny, N.; Pereira, R.A.; Ferreira, M.D. & Girão, D. (2002). *Litígios e Legitimação: Estado, Sociedade Civil e Direito em São Tomé e Príncipe*. Coimbra: Almedina.
- Haro, M.L. (2007). "Partidos Políticos, Sistemas Electorales y Sistemas de Partidos". In: G.E. Emmerich & V.A. Olguín (coords.), *Tratado de Ciencia Política*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, pp. 201-226.
- Lopes, F.F. (2004). *Os Partidos Políticos: Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

- 250 MISTP [Ministério da Informação de São Tomé e Príncipe] (1975). *Revolução* – Órgão do Ministério da Informação de São Tomé e Príncipe, ano I, nº 3.
- Moreira, A. (2007). *A Comunidade Internacional em Mudança*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.
- Nascimento, A. (2008). *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.
- Romana, H.A.C.B. (1996). *São Tomé e Príncipe: Elementos Para Uma Análise Antropológica das Suas Vulnerabilidades e Potencialidades*. Lisboa: ISCSP.
- Santo, A.C.E. (2008). *Economia de S. Tomé e Príncipe: Entre o Regime do Partido Único e o Multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Sartori, G. (2002). *Partidos y Sistemas de Partidos*. Madrid: Alianza Editorial.
- Seibert, G. (2001). *Camaradas, Clientes e Compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega Editora.